

A cerâmica como objecto de estudo e exposição – duas experiências, múltiplas interrogações

Olinda Sardinha* e Paulo Longo**

Resumo

Na primeira parte do artigo, os autores expõem algumas questões relacionadas com os acervos cerâmicos das instituições onde trabalham, a saber: a actualidade do acervo cerâmico da colecção etnológica, núcleo histórico do actual Museu Nacional de Arqueologia e, por outro lado, os projectos do Centro Cultural Raiano (CCR) nomeadamente os relativos à investigação de campo realizada nos centros oleiros de Idanha-a-Nova e Zebreira. Destes inquéritos de campo efectuados por Paulo Longo, cujos resultados aguardam publicação em livro, resultou, ainda, uma exposição aberta a público no CCR (Idanha-a-Nova), subordinada ao título «Oleiros de Idanha».

No texto conjunto, são mencionados os dois centros oleiros mais importantes do distrito de Castelo Branco, pelo menos, desde o início deste século (Telhado e Idanha-a-Nova). Segue-se a investigação de campo realizada separadamente há poucos anos pelos autores, de cujo contacto entre ambos e estudo resultaram, sobretudo, questões ligadas aos circuitos comerciais destas loiças e outras relacionadas com a tipologia de alguns objectos fabricados nestes dois centros de produção.

Por fim são referidas e questionadas algumas terminologias utilizadas pelos etnoceramólogos e arqueólogos em objectos cerâmicos, cuja disparidade e falta de diálogo entre investigadores dificulta um maior e mais eficaz contacto e diálogo entre os que se dedicam a esta área de estudo.

Abstract

In the first part of the article the authors put forth a few questions related to the ceramic/pottery collections of the two institutions where they each work. One is

* Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

** Centro Cultural Raiano, Idanha-a-Nova.

the ethnographical collection of the National Museum of Archaeology. The other group results from the collection made during fieldwork on the pottery production centers of Zebreira and Idanha-a-Nova, part of a research project organized by the Centro Cultural Raiano in Idanha-a-Nova. This fieldwork done by P. Longo which awaits publication also provided material for an exhibition opened to the public entitled "Oleiros de Idanha" (Potters of Idanha) at the Centro Cultural Raiano.

The article also mentions the two most important production centers of the District of Castelo Branco since the beginning of this century, which are Telhado (Fundão) and Idanha-a-Nova. This is then followed by a description of the fieldwork done by both authors as separate research projects. The dialogue between both authors led to the establishment of a series of important scientific questions and concerns, pertaining to the importance of the commercial routes of the ceramics and typological questions.

To finalize some topics related to the terminology are mentioned especially those related to terms utilized by ethnoceramologists and archaeologists, who's lack of scientific contact and dialogue creates some difficulties to researchers working in this field.

1. Introdução

Este artigo encontra-se distribuído em três partes distintas, a saber: a primeira, relativa ao acervo cerâmico da colecção etnográfica do actual Museu Nacional de Arqueologia, aborda sobretudo questões como a que se refere à investigação já efectuada sobre alguns dos seus conjuntos cerâmicos, e à necessidade de outros núcleos serem pesquisados pelos que se dedicam ao estudo da cerâmica portuguesa mais recente. Só após estas investigações, os etnoceramólogos poderão eventualmente dar respostas concretas aos arqueólogos, quanto, por exemplo, à identificação dos objectos que eram fabricados em centros oleiros extintos ou que ainda se encontram em laboração, às técnicas de construção desta louça e à evolução das formas cerâmicas, tanto mais que é cada vez mais frequente serem exumados das escavações arqueológicas objectos com datações dos séculos XIX e XX. Deste modo, é, pois, fundamental a realização do estudo deste acervo que, além da sua importância histórica, foi, quase na totalidade adquirido entre finais do século XIX até aos anos 40 deste século, tratando-se, de certo modo, de um acervo que já é arqueológico.

A segunda parte refere-se ao Centro Cultural Raiano (Idanha-a-Nova), inaugurado em 1997, às suas múltiplas actividades, assim como aos bens culturais como o arquivo municipal e o auditório. Destaca-se a sua área expositiva com a apresentação de duas importantes exposições temáticas *Agricultura nos campos de Idanha* e *Oleiros de Idanha*, ligadas ao mundo rural e ao trabalho que era executado nos dois centros oleiros deste concelho, respectivamente Idanha-a-Nova e Zebreira. Estas duas exposições dão uma perspectiva da vida rural e dos centros de produções cerâmicas existentes neste concelho do distrito de Castelo Branco. No âmbito de um projecto mais alargado, dois antropólogos foram incumbidos de realizar investigações no terreno, recolha e consequente inventário das peças.

A última matéria deste trabalho apresenta alguns resultados de investigações de campo efectuadas separadamente pelos autores do artigo, respectivamente nas regiões de Telhado (aldeia do concelho do Fundão) e Idanha-a-Nova e Zebreira. Partindo dos estudos realizados por Charles Lepierre e Fortunato

Themudo em princípios deste século, assim como de um estudo de Jaime L. Dias sobre os oleiros de Idanha, os autores, que se conheceram em finais de 1997, apresentam as áreas de irradiação comercial das louças produzidas nestes dois centros oleiros numa época mais recente, as zonas de influência das mesmas, o tipo de loiça fabricada em cada um destes centros e complementariedade de funções destes objectos cerâmicos, utilizados quotidianamente pelas populações rurais, etc. Ambas as experiências de campo e estudo levaram à reflexão de aspectos comuns e outros ainda por resolver. Por fim, a partir da observação de objectos cerâmicos sem contexto, acentua-se, mais uma vez, a necessidade de um diálogo mais profícuo entre os etnoceramólogos e os arqueólogos.

2. A importância do acervo cerâmico da colecção etnológica do MNA

O actual Museu Nacional de Arqueologia do Dr. Leite de Vasconcelos (MNA) foi criado por decreto de 20 de Dezembro de 1893, com a designação de «Museu Ethnographico Português».

No programa inicial da criação deste Museu, o seu fundador e primeiro director, Professor José Leite de Vasconcelos, integrou as secções de Arqueologia e Etnografia, a que mais tarde – quando da mudança de instalações para uma área do Mosteiro dos Jerónimos, em 1903, e consequente alargamento das áreas expositivas – viriam a juntar-se as de «Etnografia Antiga e Moderna» e a de «Antropologia Antiga e Moderna». Com a inclusão destas secções, Leite de Vasconcelos tentava pôr em prática um plano coerente – aliás inovador para a época – que idealizara para este Museu, o qual consistia na realização de um vasto e completo Museu do Povo Português. Na publicação «História do Museu Etnológico Português», no capítulo dedicado à «Significação do Museu Ethnológico Português»¹ datado de 1912 menciona-se «Este Museu procura reunir elementos materiais que concorram para o conhecimento total da vida do homem no nosso solo, desde o alvorecer da idade da pedra até ao presente: tipos físicos, trajos, indústrias, costumes, crenças, habitações, arranjo doméstico, gostos artísticos, folganças; a sobreposição das civilizações, – pré-romana, romana, visigótica, arábica, e posteriores; tudo o que define caracteristicamente o nosso povo» (Vasconcelos, 1915, p. 121), constituindo uma «colecção metódica de objectos, cujo estudo concorre para o conhecimento das origens, vida e caracteres do povo português» (Vasconcelos, 1919, p. 3).

A colecção de Etnografia Portuguesa, núcleo fundamental para a compreensão do Todo que era o Homem Português, abrange várias áreas relativas à sua vida material e espiritual, de que se destacam os objectos relativos à alimentação, casa, «trilogia da vida», à vida económica (como a caça, pesca e pas-

¹ O Museu toma esta designação a partir de 1897. Em 1929 passa a chamar-se «Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos».

torícia), vida religiosa – onde estavam incluídos espécimes ligados à religião e magia – várias indústrias e vida social.

A evolução deste Museu também se ficou a dever a uma série de leis, reformas e decretos que regulamentaram muitas normas necessárias para o seu desenvolvimento, de que enumeramos as seguintes:

– através do regulamento de 1901 o Museu tinha o direito de realização de escavações arqueológicas e aquisição de objectos que pertenceriam ao seu acervo;

– no «Regulamento do Museu Etnológico Português» (*Diário de Governo* de 11 de Junho de 1914), nos seus vários capítulos, estão mencionados aspectos muito importantes de que destacamos: a confirmação da existência de uma biblioteca, um gabinete de desenho, de fotografia e de restauro, a previsão de o museu poder continuar a publicar a sua revista «O Archeologo Português», assim como outras revistas e catálogos.

Um aspecto relevante é o que diz respeito ao direito de o Museu poder realizar escavações arqueológicas e aquisição de objectos que foram enriquecendo o seu acervo. Alguns dos capítulos deste Regulamento especificam normas museológicas ainda hoje actuais como o que se refere ao artigo 9.º (capítulo III: da exposição e arrolamento dos objectos do Museu): «os objectos estarão expostos ao público metodicamente, tanto quanto isto fôr compatível com o tamanho dos mesmos, e com as condições do edificio»; ou o artigo 11.º: «haverá um livro de entrada em que os objectos se irão inventariando à proporção que forem sendo numerados, e haverá um ou mais catálogos ou gerais ou por secções».

Um outro marco importante foi o aumento de pessoal técnico – um conservador, dois preparadores, dois serventes e três guardas – e respectivas competências.

As competências e atribuições do conservador e dos preparadores, também estavam intimamente ligadas à necessidade premente de serem realizadas escavações arqueológicas em vários locais do país, ao mesmo tempo que eram feitas outras aquisições como, por exemplo, as de objectos de etnografia portuguesa. Deste modo as colecções cresciam continuamente. Frisamos «as colecções cresciam continuamente» porque é preciso verificar que o acervo do Museu Etnológico foi crescendo devido a um programa com objectivos determinados, diferente de outros museus da mesma época que foram formados com colecções de instituições já existentes.

O acervo de Leite de Vasconcelos – que incluía, como dissemos, uma parte arqueológica, etnológica e de antropologia física² – constitui um todo indissociável já porque marca a concepção científica dominante da época, já porque nos mostra com nitidez e coerência todo o trabalho de pesquisa empreendido por Leite de Vasconcelos nos vários campos do Saber a que se dedicou.

² Mais tarde, Leite de Vasconcelos no «Regulamento do Museu» menciona a necessidade de serem criadas mais duas secções: a de etnografia colonial e a secção comparativa, facto que se concretizou.

Separar, eventualmente transferindo para outra instituição museológica, alguma das secções deste fundamental e histórico núcleo leiteano, seria amputar a unidade de trabalho científico e recolha que presidiu à investigação de Leite de Vasconcelos e, por via disso, fazer cair no esquecimento a referida concepção de Museu do seu fundador.

O caso do acervo cerâmico é exemplar.

Este núcleo – e referimo-nos, apenas aos espécimes cerâmicos da colecção etnográfica – é formado por 1764 peças registadas, das quais cerca de metade (981) – possui informações relativas ao local de aquisição ou de fabrico. É constituído por objectos de louça vermelha fosca, louça vidrada, louça preta e faiança, provenientes de centros de produção nacionais (continente e ilhas) e louça dos séculos XVII e XVIII do convento de Santa Ana, em Lisboa. De entre os centros de produção exemplificamos os seguintes: Barcelos, «Olarias do Prado», Viana do Castelo (Darque), Bisalhães, Vilar de Nantes, Porto, Vila Nova de Gaia, Coimbra, Miranda do Corvo, Cegonha, Molelos, Argea, Coruche, Caldas da Rainha, Achada, Mafra, Lisboa, Nisa, Flor da Rosa, Viana do Alentejo, Estremoz, Brotas, Beringel, Redondo, Loulé, Moncarapacho, Ilha de Santa Maria, Vila Franca do Campo e Angra do Heroísmo. Incluem-se, ainda, alguns exemplares das antigas províncias ultramarinas e Brasil.

Tais peças foram sobretudo adquiridas pelo fundador deste Museu nas várias excursões arqueológicas e etnográficas que realizou de norte a sul do país. As referências a estas aquisições encontram-se em grande parte das suas publicações, de que destacamos «Etnografia Portuguesa», «Boletim de Etnografia», «De Terra em Terra» e «O Archeologo Português». Outros objectos foram, na quase totalidade, comprados pelos conservadores Félix Alves Pereira, Vergílio Correia e Luís Chaves³, e os restantes foram oferecidas por particulares.

Na generalidade, o modo de aquisição deste acervo não obedeceu a um trabalho sistemático de investigação de campo. A ausência de informação em 851 objectos desta colecção, que não apresentam indícios de local de aquisição

³ Mencionaremos somente algumas das aquisições realizadas por estes três conservadores do Museu Etnológico Português.

Félix Alves Pereira exerceu o cargo de conservador do «Museu Etnológico Português» de 1902 a 1911. Adquiriu objectos cerâmicos em Idanha-a-Velha (excursões arqueológicas e etnográficas efectuadas em 1903, 1904 e 1910), em deslocações a Óbidos (quando da realização de escavações arqueológicas no «Outeiro da Assenta») onde adquiriu oitenta e seis objectos cerâmicos de várias fábricas das Caldas da Rainha (1911).

Vergílio Correia exerceu o cargo de conservador apenas entre os anos de 1912 a 1915. De entre as várias actividades que realizou, menciona-se, apenas uma relativa ao ano de 1914, quando orientou as escavações arqueológicas no «castelo» de Pavia, tendo nessa região adquirido cerca de cinquenta objectos de faiança.

Em 1946, cerca de 236 objectos etnográficos da colecção de Vergílio Correia (falecido em 1944) foram integrados neste Museu. O núcleo de «cerâmica moderna» era constituído por noventa e cinco objectos produzidos em vários centros oleiros de que enumeramos os de Barcelos, Coimbra, Alfaiões, Miranda do Corvo, Nisa, Redondo assim como de Bisalhães, Vilar de Nantes, Cegonha e Molelos (estes últimos, centros de produção de louça preta).

Luís Chaves, exerceu de início o cargo de preparador (1912-1919) e mais tarde o de conservador (1931-1957). Realizou investigações etnográficas em Lisboa e arredores (concelhos de Alenquer, Caldas da Rainha, Alcobaça, Mafra), tendo, também, adquirido peças de cerâmica no Alentejo (na região de Santa Vitória do Ameixial).

e muito menos de fabrico, «história» e «vivência» dos mesmos, torna qualquer pesquisa difícil, torna quase insolúvel algumas questões ligadas à ficha de identificação dos objectos. Encontramo-nos perante objectos produzidos em finais do século XIX e princípios deste século. Os centros oleiros onde foram fabricados já se encontram hoje, na sua quase totalidade extintos. Exceptuam-se e destacamos Barcelos, Bisalhães, Vilar de Nantes, Molelos, Nisa, Estremoz, Mafra e arredores e Redondo. Nestes locais ainda é possível efectuar inquéritos directos – perante alguns oleiros e utilizadores – de modo a serem obtidas possivelmente, algumas informações que possam ser incluídas nas respectivas fichas. Outras destas lacunas poderão, eventualmente, ser colmatadas com informações retiradas de alguns estudos que possuam dados quanto às tipologias, à análise de pastas, ou através de trabalhos científicos já realizados por investigadores que se dedicam a esta área dos estudos cerâmicos.

Quando Leite de Vasconcelos se refere à *Loiça comum* (não-vidrada e vidrada), e mais concretamente à produção actual, menciona a presença de objectos de várias fábricas do país, como do Algarve, Alentejo, Extremadura e Minho (especificando as várias tipologias), assim como outros tipos de louça. Diz-nos, ainda, que «a loiça comum vermelha ou amarela não-vidrada e a loiça vidrada fabricam-se em todos os distritos», remetendo este assunto para a publicação de Charles Lepierre. E remata: «Eis aqui uma espécie etnográfica em que o Museu pôde enriquecer-se num momento, logo que tenha salas suficientes: basta que um dos empregados percorra o país e vá a certas feiras.» (Vasconcelos, 1915, p. 247).

Dos inquéritos efectuados por Leite de Vasconcelos temos muitos testemunhos referentes a peças cerâmicas, porque, apesar de lhe ser mais grata a área relativa à Religiosidade Popular, também anotava aspectos importantes para a linguística, filologia, numismática, e outras matérias etnográficas. Não obstante, de acordo com as prioridades da época e do fundador deste Museu, tais peças documentavam alguns núcleos programáticos como os que diziam respeito ao jogos e divertimentos infantis onde além de estarem representados por uma grande variedade de piões e «abafadores», bonecos de madeira e de folha, também se incluíam os brinquedos de barro, formando um conjunto de objectos que integrava uma secção específica, ligado à vida infantil. Ao adquirir figurinhas de barro como o «gaiteiro», o «pescador», o «polícia», a «padeira de Lisboa», estas figuras poderiam adaptar-se ao «vestuário» e integravam-se na «Época e circunstâncias da vida do indivíduo e da família», identificando o «viver popular moderno».

De entre a grande diversidade deste conjunto – brinquedos, peças de faiança, figurado de Barcelos, Vila Nova de Gaia e Estremoz, peças de fabrico das Caldas da Rainha, objectos pedrados de Estremoz ou Nisa, louça preta, e outros – referiremos apenas alguns pequenos conjuntos que comprovam a relevância e utilidade, neste caso, do acervo cerâmico da «Época Moderna» como núcleo histórico deste Museu, as afinidades funcionais dos objectos e sua correlação tipológica com os estudos que estão a ser realizados no âmbito dos estudos sobre a cerâmica mais recente e a sua importância para a Arqueologia.

Assim:

a) os brinquedos de barro, como a bilhinha, a caçoilinha, os alguidarinhos, «as louças de que as crianças se servem quando *fazem casinbas*», (Vasconcelos, 1915, p. 75), usadas pelas crianças como loucinhas de brincar, hoje em desuso, são fundamentais para o estudo deste vasilhame comum, e, para termos uma ideia de como seriam as dimensões naturais de objectos que provavelmente já não eram utilizados. Clarifiquemos melhor este aspecto com uma citação de Vergílio Correia (1937), ao referir que «... as formas antiquadas ou se perderam ou quási tôdas se abastardaram, e alguns tipos de louça que de-certo tiveram o seu período de celebridade, vegetam hoje relegados para a categoria de brinquedos para crianças. É exactamente no campo das reduções do vasilhame para uso infantil que se encontram com maior frequência: os empedrados;...». E a seguir acentua a necessidade de ser realizado um estudo acerca deste tema porque «Este refugio artístico é de tôdas as produções da olaria regional, talvez a mais sincera e a mais tradicional, e merece as honras de um estudo isolado,...» (Correia, 1937, p.117)⁴;

b) o figurado de Vila Nova de Gaia e Barcelos – no total de sessenta e sete objectos – dos quais sessenta e três foram oferecidos pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, em 1935, era sobretudo destinado às singelas composições de presépios e «cascatas», e, estava associado às tradições natalícias e sanjoaninas.

Era comum a bonecagem ser constituída por figuras de presépio, ou então por «carros de bois», «galos e galitos», o «galo a galar», o «pombal», o «aguadeiro», a «mulher a fiar», a «camponesa», «a matança do porco», o «tocador de viola», em suma toda uma quantidade e diversidade de bonecos que representavam actividades domésticas, artesanais, cenas relativas ao trabalho do campo e a festividades religiosas, que «depois os artistas continuam a sua tarefa de modelar a vida em barro: a vida que foi, antiga e rural» (Ferreira, 1984, p. 9);

Os estudos deste figurado têm sido pouco valorizados. Ainda há oleiros e «barristas» que dedicam exclusivamente a sua arte a executar toda uma variedade imensa de bonecos que hoje possuem, na sua maioria, uma componente decorativa.

Importa, sobretudo, que sejam realizadas investigações sobre as técnicas de modelação, a função destes objectos, os tipos e categorias de bonecos, etc. Num artigo recentemente publicado por Angélica Cruz, «O Figurado de Barcelos: uma arte de mulheres?» a autora aborda o papel social da mulher que executa este figurado assim como os aspectos económicos relacionados com esta actividade.

Alguns arqueólogos⁵ têm dado notícia de bonecos encontrados em contextos datados, como é o caso de alguns fragmentos com representação de animais e pessoas, provenientes do Beco dos Inválidos, em Cascais, com cronologias compreendidas entre 1528 e 1578. Os autores remetem a semelhança deste figurado a um outro dado como sendo da autoria de Maria dos Cacos, mencio-

⁴ Redigido em 1915, este artigo foi inicialmente publicado na revista «Atlântida», em 1916, ano I, n.º 3, com o título «Ornamentação popular da louça de Estremoz».

⁵ Menciona-se apenas o artigo de Guilherme Cardoso e Severino Rodrigues (1999) que apresenta objectos com datações precisas.

nando ainda a existência em Alenquer e, em meados do século XVI, de ocariñas representando cavalos marinhos. Inclusivamente, adiantam que ainda não existem publicações que refiram o fabrico deste tipo de bonecos até ao século XVIII, assim como os seus locais de fabrico, sendo uma outra via de investigação para os que se dedicam à etnocerâmica. Nunca é de mais repetir, a urgência de uma estrita colaboração entre os arqueólogos e os que se dedicam a esta área de estudo;

c) o núcleo de faiança é constituído por 335 peças e é representativo de várias épocas e fabricos. Este variado conjunto de objectos é composto por louça «branca» como boiões de pomada e cadinhos, louça conventual, canudos, pratos, travessas, terrinas, jarras, tinteiros e areiros, pias de água benta, galheteiros, pesos de tear, etc. e possui datações compreendidas entre os séculos XVII e XX. São procedentes, na sua quase totalidade, de fábricas portuguesas como as de Viana do Castelo (Darque), Porto (Cavaquinho, Fervença, Miragaia), Coimbra, Caldas da Rainha (Rafael Bordalo Pinheiro, Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, J. A. Cunha, Manuel Mafra, e outros), Juncal, Sacavém, Lisboa (Bica do Sapato, fábrica de Sant'Ana, Monte Sinai, fábrica do Rato, Viúva Lamego) e Estremoz.

A aquisição deste acervo não foi arbitrária. José Leite de Vasconcelos pretendia integrar na parte respeitante à «*Faiança esmaltada* ou louça vidrada branca» objectos de variadas épocas, vários fabricos e de entre estes apresentar os diferentes períodos de fabrico, de modo a documentar a evolução das técnicas e formas dos objectos de cada fábrica.

Os objectos de faiança eram incluídos em várias secções da vida tradicional: os tinteiros e areiros integravam, por exemplo, a «Escrita», os pratos fabricados em Coimbra, com pessoas a dançar, a tocar viola ou guitarra eram incorporados na secção da «Música», outra louça poderia integrar a parte relativa à «casa», etc.

O inventário e estudo da colecção de faiança do então Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia foi realizado por Isabel Aguiar, investigadora destacada do Museu Nacional do Azulejo, onde exercia as funções de conservadora. Na conclusão do seu estudo, também informa o seguinte: «Disseminada na diversidade e disparidade da colecção é possível refazer, ainda que de forma fragmentária, uma história da faiança em Portugal e, sobretudo, delinear o espírito, intenções e gosto do coleccionador.» (Aguiar, 1984 – 1986, p. 11).

Estes objectos foram estudados num período entre 1984 e 1986, numa época em que os arqueólogos ainda não se encontravam de maneira nenhuma sensibilizados para a importância da faiança, em virtude de ainda não existirem muitas peças ou fragmentos exumados das escavações arqueológicas. Hoje, em qualquer intervenção arqueológica realizada sobretudo em áreas urbanas ou conventuais que possua contextos cerâmicos dos séculos XVI – XX, os objectos ou fragmentos de faiança estão sempre omnipresentes e servem de baliza cronológica fundamental. As peças e ou fragmentos de faiança, são imprescindíveis para qualquer investigação ou estudo comparativo com as faianças do acervo do MNA ou de outros Museus. É urgente o contacto entre os investigadores desta área de modo a chegarem, com mais eficácia, a conclusões quanto a aspectos técnicos, tipo de pasta ou aspectos formais dos objectos que encontram nas suas escavações. Será assim tão difícil este diálogo?

d) Por fim referimo-nos a um conjunto de duzentos e dezoito objectos cerâmicos completos – cerâmica fosca, brunida, pedrada, faiança e porcelana – proveniente de uma escavação arqueológica realizada em Lisboa, no convento de Santa Ana, em 1897. Mandado construir em 1561, a intervenção arqueológica incidiu na área da cerca do convento e foi coordenada pela «Direcção Especial de Edifícios Públicos e Pharaoes». Desta escavação não existe documentação que permita datar os objectos exumados. Apenas, há, uma relação que especifica os objectos que foram oferecidos a este Museu.

Há também um pequeno conjunto de faiança – no total de sessenta e quatro objectos – composto por uma caneca, pratos, tampas, cadinhos e outra «louça branca». Do estudo da colecção de faiança, as datações para estas peças apontam para o século XVII, outras para o século XVII – XVIII – boiões e cadinhos – e uma outra é do século XVIII.

Quanto ao restante espólio do convento de Santa Ana, foi efectuado um estudo somente a partir de bibliografia arqueológica portuguesa publicada e referente a este período cronológico. Esta pesquisa permitiu estabelecer alguns paralelos quanto à tipologia dos objectos, e indicar que a maioria dos de louça vermelha fosca, nomeadamente, os quatro objectos cerâmicos incrustados com pequenos fragmentos de quartzo, poderão ser do século XVII (uma infusa, uma tacinha, uma tampa e uma «palmatória»(?)). Os restantes espécimes cerâmicos, como púcaros, taças, panelas, tachos, etc., de cerâmica fosca ou engobada, continuam à espera que haja algum investigador que os pretenda estudar!

As publicações científicas resultantes de escavações realizadas recentemente por arqueólogos foram indispensáveis para ser firmada a provável cronologia deste conjunto de quatro objectos pedrados;

e) Conforme já mencionado, outros objectos cerâmicos há que são de difícil identificação quanto ao seu local de fabrico. Focaremos apenas o caso de três objectos produzidos no centro oleiro do Telhado, concelho de Fundão, dois dos quais identificados somente após uma investigação de campo realizada em 1992, quando integrei uma equipa do Museu de Olaria, orientada pelo então director Eugénio Lapa Carneiro.

O conhecimento das técnicas de fabrico destes objectos, nomeadamente o que respeita à qualidade da pasta e conhecimento das formas dos objectos aí construídos, permitiu identificar dois desses espécimes cerâmicos, de louça vermelha fosca, como tendo sido produzidos neste centro oleiro, a saber: uma *bruxa fechada* e uma *bruxa aberta*⁶. Existe ainda um *cantil/barril* com quatro passadores para suspensão. A sua procedência é identificada pelo registo a lápis «Telhado» apostado numa das faces. A *bruxa fechada*, tem o n.º de inventário 2944 é descrita no respectivo verbete como «vasilha de barro bojuda, com

⁶ Em 1916, entre 20 de Agosto e princípios de Setembro, Leite de Vasconcelos efectuou uma visita de trabalho ao Fundão e aldeias vizinhas, no decurso de uma das muitas «excursões» que realizou por todo o país. No dia 28 de Agosto, numa 2.ª feira, no mercado da vila do Fundão, observou que, de entre outros produtos, também aí se vendiam louças. No dia 1 de Setembro, na companhia de José Monteiro, regista uma deslocação à aldeia do Telhado, a fim de obter informações mais precisas sobre uma lápide romana epigrafada que tinha sido oferecida pela Junta de Freguesia. Estranhamente nada menciona no seu diário quanto à louça que aí era fabricada, não tendo, também referido os centros oleiros de Alpedrinha e Polvarinho, locais que também visitou.

duas asas verticais e crivada de orifícios⁷, tendo sido adquirida em Castelo Branco; uma das suas funções poderia ser a de aquecedor enquanto os oleiros e sapateiros trabalhavam nas suas oficinas.

A *bruxa aberta é aramada*, tem o n.º de inventário 7041 e poderia ter como função, desde que também lhe colocássemos brasas, assar alguns alimentos como, por exemplo, sardinhas. Tanto a *bruxa fechada* como a *bruxa aramada*, sendo louças de fogo, também podem ser designadas de piroceramos.

Finalmente o cantil/barril era utilizado como transporte de água potável quando, por exemplo os homens iam até à horta regar (figs. 1, 2 e 3)⁷.



Fig. 1 – *Bruxa fechada*. MNA. N.º de inventário: 2944. Dimensões: altura: 25cm; diâmetro maior: 30cm.



Fig. 2 – *Bruxa aberta aramada*. MNA. N.º de inventário: 7041. Dimensões: altura: 26cm; diâmetro maior: 45cm.



Fig. 3 – *Cantil/barril*. MNA. N.º de inventário: 7040. Dimensões: altura: 28cm.

⁷As fotos destas peças (figs. 1, 2 e 3) foram realizadas por José Pessoa; Divisão de Documentação Fotográfica do Instituto Português de Museus.

O núcleo cerâmico da colecção de etnografia portuguesa – com 1764 objectos registados – é também representativo de um projecto programado para a criação de um Museu, como já dissemos. Nessa perspectiva era primordial recolher, adquirir e efectuar escavações arqueológicas para coligir objectos referentes a etapas da vida do Homem em território português.

Deste modo, torna-se essencial preservá-los no devido espaço e num tempo – actualidade –, em que deverá manter-se a unidade pretendida pelo criador deste Museu, sendo fundamental a continuação da sua presença no MNA⁸.

Leite de Vasconcelos escrevia em 1915: «A cerâmica é a indústria mais generalizada, e uma daquelas que ascendem a remotíssimo passado. No Museu procuro coligir principalmente: espécimes antigos, e entre eles os que representam fábricas de renome; objectos que expliquem as fôrmas cerâmicas populares da actualidade; tudo o mais que, de origem popular, ou não, se relacione com o viver popular, ou não, se relacione com o viver tradicional ou o simbolize: e isto, tanto pelo que se refere á loiça propriamente dita, como a outros produtos da indústria do barro (azulejos, pesos, figurinhas, etc)». (Vasconcelos, 1915, p. 246).

Assim, não é de mais frisar a concepção leiteana (moderna para a época e ainda hoje actual, sobretudo numa perspectiva etnoarqueológica) acerca do estudo e da evolução da cerâmica, assim como da sua importância na história da Humanidade, foi várias vezes acentuada em publicações suas porque «quem quizer estudar, por exemplo, a evolução da cerâmica, desde tempos antiquíssimos, pois que o Museu possui muito vasilhame do período pré-histórico, romano e árabe, sem fallar em inúmeros fragmentos pré-históricos com a mais variada ornamentação, e em diversos exemplares do período visigótico e português propriamente dito.» (Vasconcelos, 1915, p. 92), sendo deste modo, «a indústria cerâmica, ...a melhor representada no Museu» (Vasconcelos, 1915, p. 250).

E terminamos parafraseando a Dr.^a Irisalva Moita «A figura de Leite de Vasconcelos é demasiado poderosa no contexto da cultura nacional para que se destrua, de ânimo leve, uma das suas obras mais amadas, se não a mais amada.» (Moita, 1993-1994, p. 145).

3. O Centro Cultural Raiano: pólo cultural dinamizador da região de Idanha-a-Nova

O Centro Cultural Raiano (CCR) apresenta-se como um marco indiscutível do desenvolvimento experimentado por Idanha ao longo desta última década, estando considerado como um dos melhores equipamentos culturais da zona centro do país. Presentemente a findar o seu terceiro ano de funcionamento, o CCR tem desempenhado um papel importante como dinamizador das expectativas culturais da área de influência do concelho de Idanha-a-Nova.

⁸ A colecção de Etnografia, à semelhança de outros acervos deste Museu encontra-se acondicionada em reservas específicas.

Todo este trabalho resulta de um esforço iniciado em princípios dos anos 90, altura da criação de um primeiro espaço destinado ao desenvolvimento de actividades culturais – o Palacete das Palmeiras – o qual viria a ser preterido em favor de uma criação de raiz, com um dimensionamento mais ajustado, que se tornou possível graças ao apoio de fundos europeus (INTERREG II). Criaram-se, deste modo, condições para uma intervenção mais ampla – como aliás a própria natureza do fundo de apoio prevê – capaz de envolver parceiros portugueses e espanhóis e afirmando, deste modo, a identidade raiana e transfronteiriça da região.

No seu todo, o projecto físico decorre em dois momentos distintos no tempo. De momento, vamos ocupar-nos da primeira fase, que corresponde à construção do Centro Cultural Raiano e ao arranjo paisagístico da área envolvente, uma feliz abordagem à flora da região (1994 - 1997).

Em termos físicos, o CCR foi concebido com uma multiplicidade de valências que, ao longo da sua construção, foram sofrendo os ajustes julgados necessários. O seu eixo estabelece-se em torno de um pátio central ajardinado, onde foram seguidos os mesmos princípios orientadores do arranjo do exterior, à volta do qual se organizam os vários espaços existentes.

Ocupando uma área considerável da estrutura, o auditório, está bem equipado para os mais diversos tipos de actividades, dispondo de uma plateia de 258 lugares. Além das sessões regulares de cinema, aqui têm tido lugar várias produções, de pequena e média dimensão, para as quais está perfeitamente equipado: desde os espectáculos teatrais aos concertos de música clássica, passando pela dança, actividades com as escolas, colóquios, seminários, etc.

O arquivo municipal ocupa uma das salas dispostas em torno do pátio central, onde se encontra reunido um manancial de informação formidável, de consulta livre para todos os interessados. Entre os vários fundos existentes destacam-se, o da Câmara Municipal (1813 - 1999), os Livros das Ordenações (séc. XVI), Saúde e Assistência (1819 - 1929), só para citar alguns.

As duas áreas de gabinetes existentes distribuem-se pelo piso térreo da ala sul e no primeiro piso da ala norte. Aqui se encontram, respectivamente, os serviços centrais da instituição e outros de apoio (Sala Multimédia), alguns deles externos, como é o caso do Posto de Informação Juvenil (IPJ) e o gabinete de Educação do Ensino Recorrente. Ainda na ala norte, mas no piso térreo, situa-se a Sala Polivalente, actualmente em reestruturação e que se pretende que venha a desempenhar as funções de um pequeno auditório, para seminários e colóquios de menor dimensão, ateliers, workshops, etc. Esta opção, aprovada recentemente, permite um melhor aproveitamento deste espaço, em relação ao verificado anteriormente, enquanto aqui funcionou a Sala Multimédia.

O CCR possui também um apartamento, composto por dois quartos duplos, WC, sala e cozinha, destinado aos investigadores (e não só) que se encontrem a trabalhar no concelho, directa ou indirectamente relacionados com a instituição. Trata-se de um equipamento raro neste meio e que deve a sua existência à pertinente intervenção de Benjamim Pereira no momento da concepção do projecto arquitectónico.

Por fim – e não menos importante por isso, bem pelo contrário – temos a parte museológica. Conforme ficou estabelecido no momento da sua inauguração, o CCR dispõe de quatro salas, numa área total de aproximadamente 1500 m² de área expositiva. Logo depois das escadas que aí conduzem a partir da entrada, encontram-se as duas salas dedicadas às colecções etnográficas do

CCR: na maior, com cerca de 700 m², encontra-se a exposição *Agricultura nos campos de Idanha*, onde se podem observar alfaias, ferramentas e demais objectos associados aos principais temas da vida rural do concelho; na outra, com 250 m², a exposição *Oleiros de Idanha* estabelece o seu discurso em torno da produção oleira do concelho, ilustrada através da louça e da evocação das suas funções, dos meios técnicos e das formas de comercialização.

Estas duas exposições são o resultado das respectivas linhas de investigação, estabelecidas após uma incursão de reconhecimento no terreno por parte de Benjamin Pereira e do Prof. Joaquim Pais de Brito, ficando a orientação científica do projecto a cargo deste último. Os trabalhos, desenvolvidos por dois jovens antropólogos licenciados pelo ISCTE, Rita Jerónimo (Agricultura) e Paulo Longo (Olaria), desenrolaram-se ao longo dos anos de 1995 e 1996, compreendendo várias etapas: a investigação no terreno, a recolha de peças e respectiva inventariação – que constituem as colecções do CCR e parte das quais integra as exposições mencionadas –, a campanha de restauro, e a elaboração dos catálogos (que saiu na versão reduzida), cujo lançamento se fez coincidir com a inauguração.

As outras salas (respectivamente com 450 e 125 m², aprox.) resultam de uma mudança em relação ao plano inicial de utilização dos espaços. A mais pequena seria, originalmente, um corredor de serviços, enquanto que a outra se destinou a área de reservas das colecções do CCR. No entanto, e dada magnitude que o projecto atingiu num dado momento, foram reconvertidas em áreas expositivas. Aqui, onde foram apresentadas, à data da inauguração, as exposições *Manto de Ceres*, de Albano da Silva Pereira e Inês Gonçalves, e *Orlando Ribeiro e as Terras de Idanha*, evocativa do trabalho do grande geógrafo nesta região e comissariada por Teresa Siza e Rui Jacinto, desenvolve-se a área de exposições temporárias, onde têm sido apresentadas várias produções no domínio da arte contemporânea e do documental.

Esta reconversão, justificada face aos objectivos que se procurou cumprir, levanta, não obstante, um problema: a situação das reservas. O CCR já afirmou estes espaços enquanto área expositiva, mas a função que inicialmente deveria cumprir não foi substituída por outra solução, face à mudança operada. Além de correctamente acondicionadas e organizadas, as reservas deveriam estar próximas das colecções expostas, não só por uma lógica de acondicionamento e facilidade de circulação, mas, também, porque as mesmas constituem um material de observação importante, que deve ser acessível ao público. Então, que fazer às reservas?... Apesar das suas dimensões consideráveis, o grau de ocupação do espaço do CCR mostra, claramente, que este é insuficiente para cumprir, do ponto de vista físico, certas funções que lhe deveriam ser inerentes. É por isso fundamental pensar a sua redimensionação, admitindo um crescimento da estrutura, de molde a permitir a integração desta e de outras funções importantes, nomeadamente os laboratórios de restauro e fotográfico, cuja ideia remonta ao projecto inicial.

Refira-se ainda que o CCR não se esgota no edifício em si. Neste momento estão a decorrer, a bom ritmo, as obras relativas à segunda fase do projecto, compreendendo o auditório exterior (1000 lugares) e a criação de uma vasta área de lazer.

Além disso, e na sequência da linha estabelecida em torno da exposição *Agricultura nos Campos de Idanha*, está a constituir-se o Núcleo do Azeite, num grande assento de lavoura dotado de um complexo de lagares, em Proença-a-Velha.

Este projecto, que conta com a colaboração de Benjamim Pereira – de quem o CCR editou a obra *Tecnologia Tradicional do Azeite em Portugal* (1997) – pretende abordar esta actividade, através de uma leitura das problemáticas nela envolvidas a nível nacional. Seguindo esta linha de acção, estão previstas outras iniciativas dentro do mesmo género, nomeadamente em torno dos sistemas de moagem e da olaria.

Sob este prisma, o CCR pode ser entendido como o eixo central de um sistema de leitura do território no seu todo, abrangendo outros espaços, onde certos temas podem ser observados directamente no terreno, não se limitando ao espaço de uma sala.

Em 2000, o CCR apresenta um programa que prevê, em primeiro lugar, um salto qualitativo em frente, criando uma estrutura de suporte às várias vertentes que o Centro comporta, e a constituição de uma equipa de trabalho pluridisciplinar, de modo a poder dar corpo às iniciativas pensadas para o corrente ano e, em alguns casos, já para o seguinte.

A concretizar-se este cenário, o CCR passará a ter uma capacidade de concepção/realização credível, não só no seu âmbito de acção directo, mas também no meio cultural mais vasto de que faz parte. É sob esta perspectiva que se integram os vários projectos elaborados, de que são exemplo as novas linhas de investigação (em torno da questão do tabaco, dos sistemas de moagem e das práticas alimentares); os novos desenvolvimentos no domínio das artes plásticas, com um maior ênfase na parte pedagógica complementar, através de ateliers e seminários; a organização da área do espectáculo por ciclos, brevemente distribuídos pelos dois auditórios; a dinamização das galerias exteriores, sediadas nos postos de turismo; o reforço da colaboração, mediante protocolos estabelecidos, com várias instituições a nível académico, da museologia e do desenvolvimento local, em termos nacionais e transnacionais, etc.

4. A propósito do estudo de dois centros de produção de louça do distrito de Castelo Branco: duas experiências, múltiplas interrogações⁹

Até finais deste século, os principais estudos relativos a centros oleiros do distrito de Castelo Branco foram realizados por Charles Lepierre, Fortunato Themudo e Jaime Lopes Dias, publicados respectivamente em 1899, 1905 e 1939 (fig. 4)¹⁰.

⁹ Dedicamos este texto à memória de Eugénio Lapa Carneiro. Surge como um fruto colhido de uma árvore com raízes sólidas, plantada por um homem que, com sabedoria, carinho e perseverança soube amansar e tratar bem a terra onde a cultivou.

¹⁰ A publicação de Fortunato Themudo (relativa à 2.ª circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria) inclui o estudo da indústria cerâmica dos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda e Viseu.

De acordo com as informações de F. Themudo passamos a especificar o tipo de louça fabricada nos centros de produção do distrito de Castelo Branco: concelho de Castelo Branco: Castelo Branco: louça vermelha vidrada; Polvarinho (freguesia de Salgueiros): louça vermelha fosca. Conce-

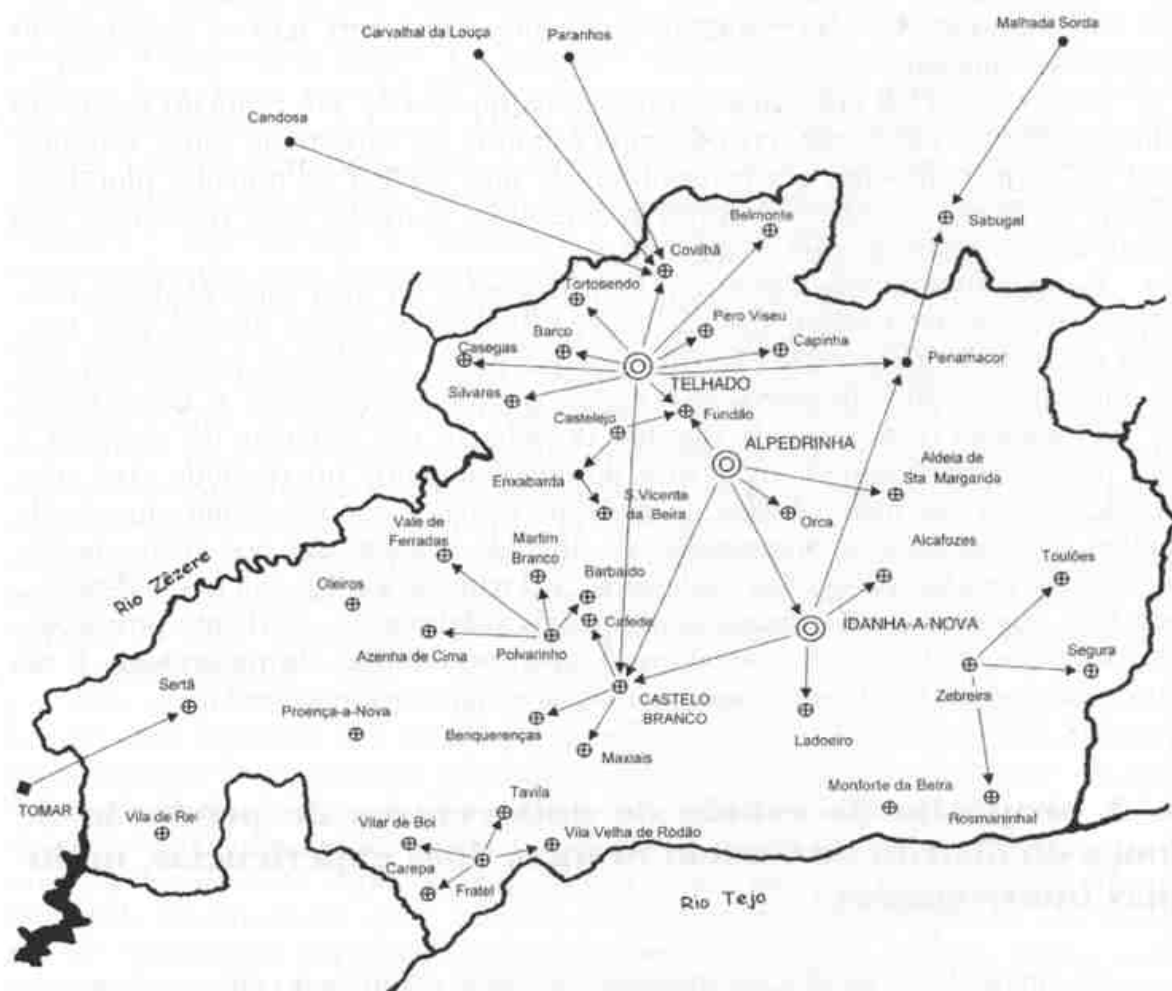


Fig. 4 – Mapa do distrito de Castelo Branco: centros de produção de louça e suas áreas de comercialização mencionados por Charles Lepierre, Fortunato Themudo, Leite de Vasconcelos e Mário Marques de Andrade. Localização dos centros oleiros mais importantes: Telhado e Idanha-a-Nova, bem como os outros de existência comprovada neste século: Alpedrinha, Castelejo, Castelo Branco, Fratel, Polvarinho, Zebreira, Segura e Monforte da Beira.

Somente passados cerca de sessenta anos, os dois maiores centros de produção de louça do distrito de Castelo Branco – Idanha-a-Nova e Telhado – são novamente objecto de investigação: no caso da aldeia do Telhado, a partir de Setembro de 1992 e, em 1995, na vila de Idanha-a-Nova.

Os dois trabalhos obedeceram a propósitos distintos que passamos a explicitar: o do Telhado – que aguarda publicação – surge como resultado de uma primeira abordagem, em cujo desenvolvimento se privilegiou a leitura das áreas de comercialização, das tipologias fabricadas e das categorias de utilização, investigação de campo que, conforme já foi referido, teve início em Setembro de 1992 e foi progressivamente enriquecida com inquéritos a oleiros, a um comerciante de louça e a vários utilizadores.

A investigação de campo, que decorreu entre os dias 21 e 25 desse mês de Setembro, foi realizada por uma equipa orientada cientificamente pelo então director do Museu de Olaria, Eugénio Lapa Carneiro, e constituída por Graça Freitas, Isabel Fernandes, Manuel Marinho Macedo, Maria de Fátima Rodrigues e Olinda Sardinha, consistiu, principalmente, na abordagem das técnicas de fabrico da louça, terminologia e funções dos objectos, vida dos oleiros e aquisição de objectos representativos deste contexto oleiro para o Museu de Olaria. O trabalho foi realizado na aldeia do Telhado e em algumas aldeias vizinhas, como a do Ourondo, no concelho da Covilhã.

Mais tarde, a investigação, efectuada por Olinda Sardinha, prosseguiu, com inquéritos directos feitos a dois antigos oleiros do Telhado – Joaquim Isidro Vaz e Eduardo da Cruz Ribeiro –, a um antigo comerciante de louça – António de Oliveira Duarte – e a Ana Caldinho, filha do oleiro Joaquim José Ângelo, já falecido e que laborou na arte até 1966 (todos naturais do Telhado), assim como a vários utilizadores, nas aldeias da Coutada e Casegas (concelho da Covilhã), que incidiram, sobretudo, nos circuitos comerciais desta louça.

lho do Fundão: Alpedrinha: louça preta; Castelejo: louça vermelha fosca e louça preta; Telhado: louça vermelha fosca. Concelho de Idanha-a-Nova: Idanha-a-Nova: louça vermelha vidrada; Zebreira: louça vermelha fosca. Concelho de Vila Velha de Ródão: Fratel: louça vermelha fosca (Themudo, 1905, p. 57, 58, 61, 62, 64, 66 e 70).

Em 1916, Leite de Vasconcelos, numa excursão arqueológica e etnográfica que realizou à Beira, mais concretamente, à região de Castelo Branco, adquiriu uma «coleção de louça infantil, de barro, que reproduz em ponto pequeno uma talha de agoa com sua *tijela e púcaro*, – da fábrica de Monforte da Beira» (Vasconcelos, 1917, p. 298).

O centro de produção de louça, em Segura, é referido por Mário de Andrade em «Subsídios para a Monografia de Segura: aldeia raiana das mais pitorescas» informando que existia um louceiro espanhol, que possuía «uma pequena indústria de louça de barro»; esta arte, após a sua morte não teve sucessores (Andrade, 1949, p. 259).

Charles Lepierre e Fortunato Themudo informam da existência de um centro de produção de louça preta em Alpedrinha, sendo, no início deste século, o terceiro mais importante do distrito de Castelo Branco.

António Salvado da Motta na «Monografia d'Alpedrinha» noticia a existência de uma olaria de louça preta que pertencia à viúva de Jerónimo Dias (o Jerónimo Louceiro), natural de Tondela, e de seu filho José Dias, encontrando-se esta oficina ainda a trabalhar em 1933.

Em 1993, António de Oliveira Duarte, natural do Telhado e comerciante de louça até cerca de 1985, informou que, em Alpedrinha, comprava ao único fabricante de louça preta, José Firmino, alguma «louça miúda», como caçolas, frigideiras e travessas, vendendo-as, posteriormente na região de Castelo Branco, Malpica do Tejo e Monforte da Beira.

Em Idanha-a-Nova, no âmbito da criação do Centro Cultural Raiano, foram estabelecidas duas linhas de investigação, uma das quais teve como objectivo a exposição das produções cerâmicas locais. Para o efeito, procurou-se realizar uma leitura o mais abrangente possível do contexto oleiro idanhense, em paralelo com a recolha de espécimes representativos desta actividade. O trabalho desenvolvido procurou integrar o máximo de aspectos envolvendo a olaria do concelho: a cadeia tecnológica e as tipologias fabricadas, os circuitos comerciais e as formas de comercialização, as categorias funcionais de utilização da loiça e a vida social dos oleiros (v. Paulo Longo 1997, 1998 e 1999). O texto integral, resultante da investigação, aguarda ainda a sua publicação.

A distância verificada entre os dois momentos de análise considerados, chama uma vez mais a nossa atenção para um velho problema que deve ser equacionado com urgência: as enormes lacunas verificadas, ainda hoje, no nosso conhecimento do território nacional no que diz respeito às formas de vida da sociedade rural tradicional a que a olaria surge associada.

Com efeito, na actualidade e apesar do muito que, irremediavelmente, se perdeu – em virtude das mudanças verificadas na sociedade portuguesa ao longo deste século – muito se encontra ainda em condições de ser salvaguardado, através da investigação de campo. As mudanças estruturais operadas, aliás, não são, ao contrário do que muitas vezes nos queremos convencer a nós próprios, as principais responsáveis por esta situação, mas sim a tão frequente demissão por parte dos corpos académicos que preferem outros níveis de análise que não este.

Assim, continuam a ser de uma insuficiência crónica os casos em que a intervenção no terreno produz resultados com interesse e valor científico – e aqui o panorama que nos importa analisar, a olaria, não é, de modo algum excepção – muito pelo contrário.

A nossa opinião deriva por um lado, da observação do panorama nacional – que tenhamos conhecimento não há nenhum levantamento sistemático e actualizado das produções de louça vermelha e preta realizado pelos que se dedicam ao estudo da cerâmica – e, por outro, das nossas experiências, que pelo menos, contribuem para o melhor conhecimento daqueles que foram os dois mais importantes centros de produção cerâmica do distrito de Castelo Branco.

Acrescente-se ainda, que de entre as várias formações e discursos que se dedicam a este ramo, não são frequentes os contactos entre os próprios investigadores. E nada, ou quase nada, se vai fazendo no campo da etnocerâmica, com particular destaque para a investigação no terreno!...

Assim, voltamos ao motivo de reflexão enunciado aquando da comunicação que teve lugar no dia 21 de Junho de 1999: onde está a real possibilidade dessa leitura mais abrangente do território nacional no contexto cerâmico e de uma maior colaboração entre discursos científicos, quer no nível sincrónico (contextos remanescentes, testemunhos orais) quer no diacrónico (testemunhos materiais em contexto arqueológico), por parte dos investigadores envolvidos?

Dos contactos estabelecidos acerca dos resultados das investigações conduzidas por cada um de nós, revelaram-se, atempadamente, algumas questões importantes. Entre estas, assumem particular relevância o problema das áreas e dos modos de comercialização, dos procedimentos tecnológicos, das tipologias fabricadas e das terminologias registadas, tanto na perspectiva dos oleiros, como na dos utilizadores.

Os circuitos comerciais da louça, tanto de Idanha-a-Nova, como do Telhado, são analisados com base em informações recolhidas nos inquéritos realizados, que remetem para o período em que as olarias se encontravam ainda em actividade, i.e., até há 25 a 30 anos atrás¹¹.

A louça de Idanha, transportada quer pelos oleiros, quer por carroceiros, percorria uma área territorial bastante extensa, dividida em dois grandes sectores de circulação: os percursos mais próximos de Idanha, que incluem não apenas este concelho, mas também o de Castelo Branco, Fundão, Covilhã e Penamacor; e o mais alargado, dito da «Terra Fria», que se estende a Norte da Região do Campo, que inclui os concelhos de Sabugal, Manteigas e Guarda. Nas deslocações mais distantes, efectuadas principalmente pelos carroceiros, a louça idanhense chegava até às imediações do rio Douro, à zona de Vila Nova de Foz Côa, Moimenta da Beira, Trancoso, Penedono e Sernancelhe.

A circulação da louça do Telhado abrangia uma parcela de território mais reduzida. A louça era transportada pelos próprios oleiros em itinerários mais próximos do centro de produção, como era o caso de aldeias dos concelhos de Fundão e Covilhã, ou, por comerciantes¹² de louça, pelo menos, na área dos concelhos de Belmonte, Guarda, Sabugal, Penamacor, Idanha-a-Nova, Castelo Branco, Proença-a-Nova, Oleiros e Pampilhosa da Serra.

No mapa (fig. 5) podemos observar a máxima extensão dos circuitos comerciais, sendo a mancha relativa ao Telhado inferior à de Idanha-a-Nova. De destacar também a pouca distância verificada entre cada um dos centros oleiros, o que acentua a intersecção evidente dos territórios comuns de comercialização mais próximos de cada centro oleiro. Com efeito, Telhado e Idanha-a-Nova estão separados apenas por cerca de 50 quilómetros e as áreas de comercialização mais próximas de cada uma destas localidades coincidem com os concelhos limítrofes que, no eixo sudeste do distrito, são comuns a ambas.

Convém não esquecer que esta situação não significa uma produção ou um número de oficinas inferior no Telhado. De acordo com Fortunato Themudo e Charles Lepierre, os dois contextos teriam uma expressão diferente no início deste século, senão mesmo superior por parte do Telhado¹³, em relação a Idanha-a-Nova. No entanto, a observação dos dois contextos em paralelo fica-se

¹¹ Os informantes são aqui constituídos por antigos oleiros, comerciantes e utilizadores. Em Idanha-a-Nova, a maioria das olarias deixa de funcionar em finais dos anos 60, altura em que se verifica uma profunda alteração nas formas de comercialização que sustentavam esta actividade; o «troco» (troca de louça por géneros alimentares) deixa de ter lugar, acentua-se a saída para outros contextos nacionais e estrangeiros, e a concorrência. No Telhado a comunidade oleira diminui drasticamente a partir dos inícios da década 70, devido, sobretudo, ao facto de os familiares não terem dado continuidade a esta actividade, à deslocação de alguns oleiros para Lisboa e ao progresso tecnológico que remeteu este ofício quase ao esquecimento; em 1989 dois oleiros – Joaquim Isidro Vaz e Eduardo da Cruz Ribeiro – ainda se deslocavam todas as 2.ª feiras ao mercado no Fundão; em 1997 apenas o oleiro Eduardo da Cruz Ribeiro estava ainda no activo.

¹² O termo carroceiro surge associado ao concelho de Idanha, não tendo lugar uma designação específica paralela para o contexto do Telhado.

¹³ No Telhado, segundo F. Themudo existiam sessenta fábricas de louça, onde laboravam sessenta operários, vinte trabalhadores, oitenta mulheres, e sessenta menores. Em Idanha-a-Nova existiam dezasseis fábricas de louça e exerciam a actividade na olaria, quarenta operários, sessenta mulheres e trinta menores (Themudo, 1905, p. 71).

Charles Lepierre, numa publicação com objectivos diferentes, neste aspecto só se refere à aldeia do Telhado, informando que aí existiam trinta a quarenta fabricantes (Lepierre, 1912, p.40).

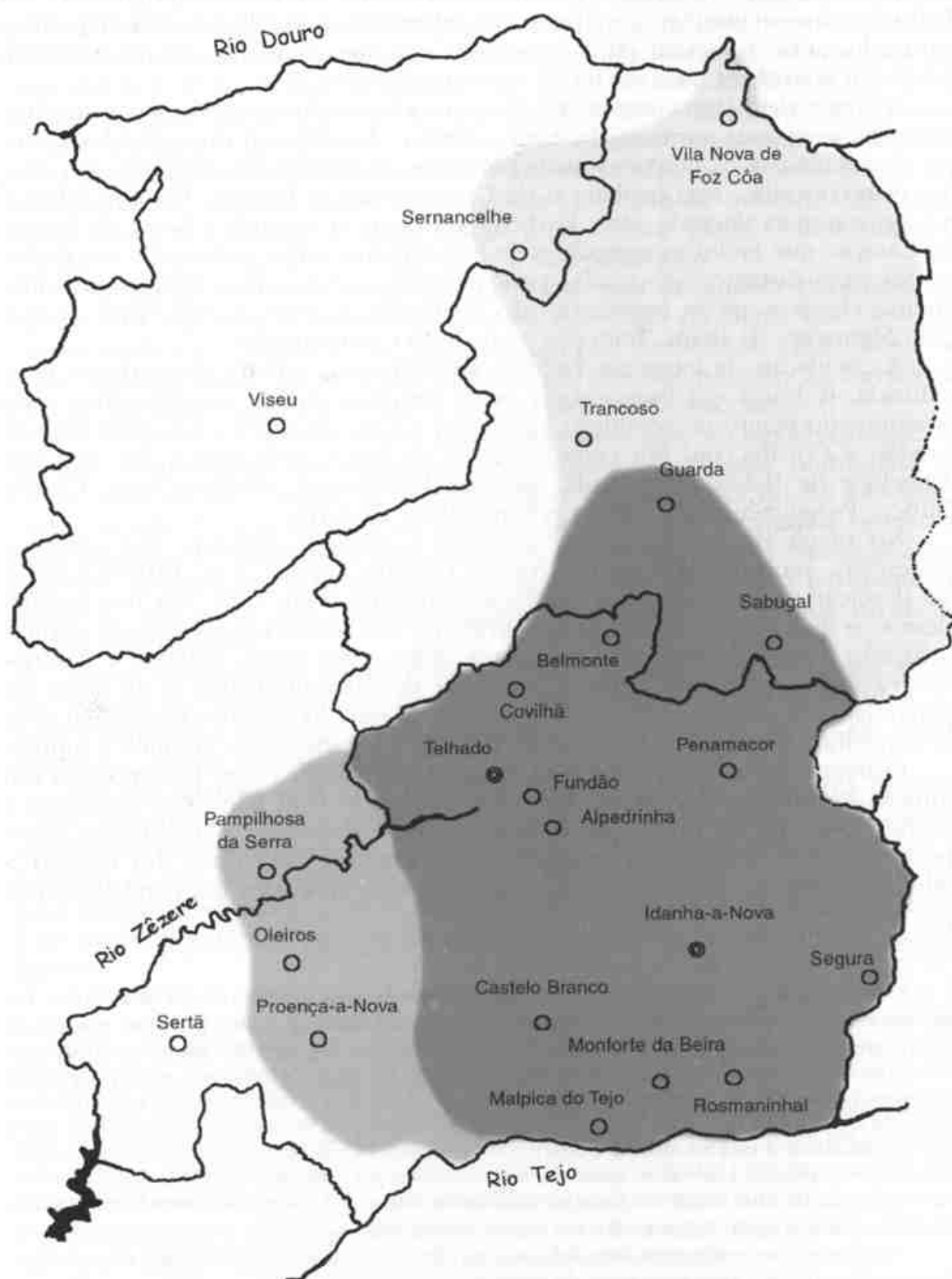


Fig. 5 – Mapa – Áreas de comercialização: extensão máxima de cada uma; intersecção, até cerca da década de sessenta.

por aqui. Os dados disponíveis, relativamente a meados deste século, referem-se apenas a Idanha.¹⁴

No que toca à proporção da população das duas localidades ocupadas pelo fabrico de louça encontram-se algumas diferenças. Se em Idanha, no início do século, os *louceiros* são um grupo profissional de dimensões relativamente modestas face ao restante da população activa, os oleiros do Telhado constituem, perante este parâmetro, uma parcela muito maior.

A esta convivência podemos somar outro factor: o tipo de louça fabricada. Em Idanha-a-Nova produzia-se louça vermelha vidrada e no Telhado, por seu turno, apenas louça vermelha fosca¹⁵.

Este facto, tema frequente no discurso dos próprios oleiros dos dois centros de produção em análise, não pode deixar de ser referido. Verifica-se, por um lado, uma relação complementar na esfera da funcionalidade, e, por outro, uma distinção em termos tecnológicos, envolvidas por toda uma carga valorativa que é incutida às respectivas produções, quer aos utilizadores, quer no discurso dos próprios oleiros.

Do ponto de vista funcional, há vários exemplos, de que destacamos, pela sua importância nas actividades domésticas, os seguintes: as talhas e os sucareiros, de Idanha, e as talhas grandes¹⁶ do Telhado.

A talha, vasilhame por excelência para provisão de líquidos (água, azeite e vinho) e de alimentos (cereais, azeitonas, enchidos e, pontualmente, queijos) assumiu um papel central no espaço doméstico.

Antes dos actuais sistemas de abastecimento de água e de conservação e armazenamento de outros géneros, a talha desempenhou estas funções, das casas mais modestas às mais abastadas.

Como exemplo citemos a grande talha do Telhado, proveniente do Palacete das Palmeiras, residência de uma das grandes famílias terratenentes de Idanha-a-Nova¹⁷. Trata-se de uma peça que poderá ter perto de 100 anos, utilizada – como as próprias marcas de uso indicam – para conserva das azeitonas, a qual, pelas suas dimensões possibilitava exactamente aquilo que as talhas executadas em Idanha não permitiam: uma grande capacidade de armazenamento. Enquanto as de Idanha raramente ultrapassavam os 40-50 litros, as talhas maiores do Telhado rondavam os 200, em média. Este facto estará ligado à presença, frequente, em casas com algumas condições económicas, de talhas provenientes deste último centro oleiro.

No entanto, as talhas de Idanha são frequentemente assinaladas na mesma zona de comercialização das do Telhado¹⁸. Tal facto aparece ligado ao preenchimento de um nicho funcional que se prende já não com a questão das dimensões, mas de uma característica técnica que a distingue da louça do

¹⁴ As informações obtidas no Telhado, em 1993, 1994 e 1995 informam-nos que há cerca de cinquenta anos poderiam eventualmente existir cerca de sessenta a setenta oleiros. Em Idanha, as informações referentes a meados deste século são fornecidas por Jaime Lopes Dias.

¹⁵ Geralmente designada pelos arqueólogos por «cerâmica comum».

¹⁶ Capacidade medida em alqueires, dada a sua grande dimensão.

¹⁷ Presentemente integrada na exposição *Oleiros de Idanha* (O/IN-37), no Centro Cultural Raiano.

¹⁸ Casos registados em Casegas (Fevereiro de 2000), Coutada (1994) e Ourondo (1992) – só para citar alguns exemplos.

Telhado, o vidrado, que a torna impermeável e, logo, capaz de reter qualquer outro líquido no seu interior, tal como o azeite – o qual, pela sua importância na economia doméstica justificava, só por si, o recurso ao vasilhame vidrado¹⁹.

A questão da impermeabilização é bastante pertinente. O caso dos dois centros oleiros em análise pode considerar-se ilustrativo a vários níveis. Em Idanha – à excepção da louça para água e outra loiça, como «bruxas» e vasos para flores – todas as peças eram vidradas, ao passo que no Telhado só pontualmente se procederia à impermeabilização²⁰ e, ainda assim, sem recurso ao vidrado, mas antes ao pez. Isto permite falar da complementaridade existente entre os dois centros que evocámos inicialmente. Ambas as produções tinham lugar num mesmo território, obedecendo a critérios funcionais que, embora próximos, se destacavam face a determinadas especificidades técnicas.

A importância de estudos deste teor, não é apenas útil para o conhecimento daquilo que foi o panorama das produções cerâmicas nas áreas rurais, mas pode constituir também um importante ponto de apoio para o estudo de cerâmicas ditas comuns, em contextos arqueológicos recentes. O uso desta expressão não é inocente. Com efeito, e dado que estes centros oleiros já não estão activos, à semelhança de tantos outros pelo nosso país, levanta-se o problema de estarmos a lidar com materiais que se aproximam, perturbadoramente, do domínio arqueológico.

Qual é, então, a contrapartida dos etnoceramólogos para com a arqueologia, que se tem ocupado de tantos contextos cerâmicos? Talvez a possibilidade de, partindo da informação de discursos ainda disponíveis da parte daqueles que um dia foram actores na vida de centros oleiros em decadência ou entretanto extintos, estabelecer parâmetros de análise sobre produções mudas, por não terem hoje, quem sobre elas possa dizer, de viva voz, seja o que for (figs. 6 e 7). (Observação: ter em conta as características formais e proveniência dos objectos das peças em questão, assim como aproximações formais, tomando nota da distância no tempo entre as peças).

A problemática das terminologias constitui, na nossa opinião, uma questão que é insolúvel, mas que, ao mesmo tempo, fornece pistas importantes na abordagem de produções cerâmicas que nos são próximas no tempo. A possibilidade que os arqueólogos dispõem de estabelecer uma terminologia padrão – uma vez que não há testemunhos vivos que avancem com outras – é, precisamente, a impossibilidade dos etnoceramólogos. De facto, a diversidade de nomenclatura é de tal ordem que não é possível chegar a uma uniformização precisa – pelo menos neste momento e com as condições existentes. Pode-se, isso sim, estabelecer categorias uniformes, construídas com base na informação recolhida que tem a seu favor o facto de ser legitimada pelas fontes directas, introduzindo nas mesmas os particularismos micro-regionais ou até micro-locais, à medida que estes sejam assinalados no decurso das investigações. Na realidade, um dos maiores problemas que se levanta neste domínio deriva da

¹⁹ Aspecto que todos os informantes referem, sem excepção.

²⁰ Normalmente peças volumosas como as talhas, assim como outro vasilhame como panelas e pequenos potes que os utilizadores encomendavam. Outras vezes, a impermeabilização (com breio que os louceiros colocavam no interior deste vasilhame) era feita nas próprias aldeias onde os oleiros se deslocavam para vender a sua loiça. Informadoras da Coutada e Casegas assistiram a esta operação, antes de adquirirem os potes (talhas) *briados*.

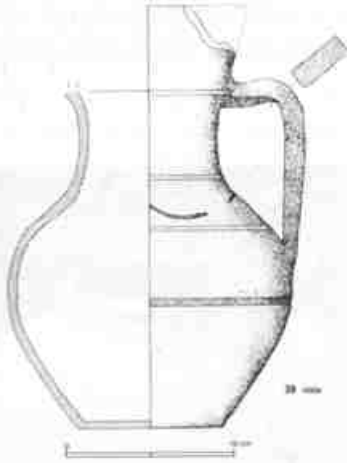


Fig. 6 – Jarro. Procedência Idanha-a-Velha. N.º de inventário: 16 928. MNA; dimensões: altura: 25,5 cm; diâmetro da base: 8,5 cm. Cronologia: século XII-XIII. (Desenho de Susana Duarte, a quem agradecemos a cedência da imagem).

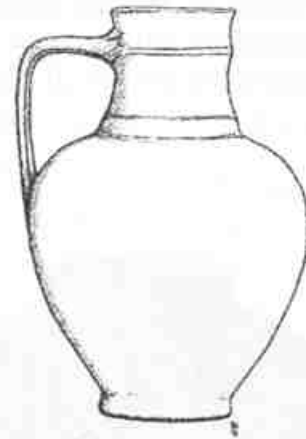


Fig. 7 – Bilha de água. N.º de inventário: O/IN.6. Local de fabrico e utilização: Idanha-a-Nova. Dimensão: altura: 25cm; capacidade: aprox. 3 litros. Data de fabrico: anos quarenta; período de utilização: até finais dos anos oitenta. (Desenho de Paulo Longo).

ausência de uma capacidade de sistematização terminológica abrangente, onde paralelamente seriam apresentadas as variantes locais.

Passemos a dois exemplos práticos, assinalados no decurso das nossas investigações. O nosso encontro ocasional teve, entre outras consequências, a «descoberta» de um problema estabelecido em torno de duas denominações: a questão do asado/ talha redonda/ pote pequeno e do sucareiro/ panela.

De uso generalizado na região de Idanha, o asado, sem asas, era utilizado para provisão de água potável sendo, quase sempre parte integrante de um conjunto constituído pela «tampa» ou «telhador»²¹ e um púcaro de barro (e numa época mais recente por um copo de esmalte ou alumínio). Nos inquéritos directos realizados nas aldeias da Coutada (concelho da Covilhã) e Telhado (centro oleiro, concelho do Fundão) – ambas situadas na Cova da Beira (área geográfica compreendida entre as serras da Estrela e da Gardunha, percorrida pelo rio Zêzere) – os utilizadores foram unânimes no que respeita ao desconhecimento deste objecto e deste termo. Na Coutada denominaram-no «pote pequeno», tendo também sido mencionado que «o que cá traziam, tinha asas». No Telhado, a mulher do antigo comerciante de louça António de Oliveira Duarte designou-a «talha redonda». Os dois oleiros do Telhado informaram que fabricavam «asados» – «com a forma de cântaro mas sem as duas asas» – para a zona do «Campo». António de Oliveira Duarte também vendia estes objectos fabricados no Telhado para as regiões do Campo e de Idanha. Perante esta questão, necessitamos de continuar a efectuar, de uma forma sistemática, mais inquéritos de

²¹ É interessante verificar que nas aldeias da Coutada e Casegas os utilizadores de louça fabricada no Telhado, quando referem o cântaro de água mencionam o púcaro de barro ou o copo de esmalte ou alumínio e respectiva «tampa» ou tigela, desconhecendo o termo «telhador». Aliás, o termo «telhador» é apenas utilizado em hidrocéramos, mais concretamente, no pequeno vasilhame de água potável, como a pequena talha, o cântaro, o asado, etc.

modo a poder esclarecer algumas dúvidas, chegar a uma conclusão e delimitar a área geográfica em que era utilizado este vasilhame com estas designações e, eventualmente, o porquê das mesmas (figs. 8 e 9).



Fig. 8 – Poté de água/Asado (cerâmica vermelha fosca). N.º de inventário: O/IN.104. Centro Cultural Raiano. Dimensões: altura: 40cm; diâmetro: 33 cm. Local de fabrico: Idanha-a-Nova. Local de utilização: casa abastada de Idanha-a-Nova. Utilizado como reserva de água potável. (Foto de Pedro Martins).



Fig. 9 – Talha redonda/Pote pequeno. Colecção particular. Dimensões: altura: 33 cm; diâmetro da base: 9 cm; diâmetro da boca: 10 cm. Local de fabrico: Telhado. Fabricante: Eduardo da Cruz Ribeiro. Local de aquisição: mercado do Fundão em 1995. Não apresenta vestígios de uso. (Foto de Olinda Sardinha).

Quanto à outra peça em análise verifica-se uma situação semelhante. Também ela, de acordo com as duas áreas geográficas, recebe uma designação diferente, apesar de não haver uma alteração da sua funcionalidade: *sucareiro*, na zona de Idanha-a-Nova, e *panela*, na região do Fundão/Covilhã, termo este que, em Idanha e arredores, é reservado para uma peça que é formalmente distinta, possuindo apenas uma asa, ao invés de duas, como sucede com o *sucareiro* (fig. 10).

A partir daqui, e tendo em conta as dimensões relativamente reduzidas da área geográfica em questão, compreende-se a apreensão que pode suscitar o problema das terminologias cerâmicas.

Outro exemplo deriva da diferença de denominação dada a objectos cerâmicos utilizados para armazenamento de grande capacidade, de azeite, azeitonas ou água, para fins domésticos. Designada por talha pelos oleiros do Telhado (fig. 11), os utilizadores designam-na, sempre, de pote, independente-

mente da sua capacidade. Para os oleiros, o vasilhame de trinta ou mais alqueires, utilizado para aprovisionamento de azeite, recebe o nome de talha, enquanto o de capacidade inferior toma a designação de pote. Perante estas informações qual a designação de referência que deve ser adoptada? Em Idanha possui a designação de talha (fig. 12).

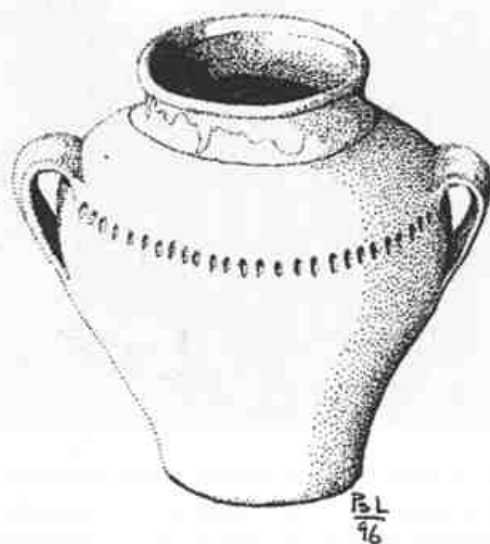


Fig. 10 – Sucareiro. N.º de inventário: O/IN.32. Centro Cultural Raiano. Local de fabrico e utilização: Idanha-a-Nova. Fabricante: José Cordeiro Pires. Data de fabrico: anos 60. Período de utilização: até aos anos 90. Dimensões: altura: 47 cm; largura: 40cm; capacidade: aprox. 30 l. Obs: inicialmente utilizado para guardar alimentos, foi reutilizado como depósito de cal para pintar a casa. (Desenho de Paulo Longo).



Fig. 11 – Talhas/Potes. Col. particular. Local de fabrico: Telhado. Local de utilização: Coutada (Covilhã). Data de fabrico: provavelmente há 70 anos. Dimensões da peça mais alta: altura: 89 cm; diâmetro da boca: 26,5 cm; diâmetro da base: 18 cm; perímetro: 2,14 m. Utilizadas para provisão de azeite. (Foto de Olinda Sardinha).



Fig. 12 – Talha de cinco casais. Centro Cultural Raiano. Local de fabrico e utilização: Idanha-a-Nova. Fabricante: João Cordeiro Pires. Data de fabrico: anos 60. Período de utilização: até 1994. Dimensões: altura: 44cm; diâmetro: 29 cm, capacidade: aprox. 35 l. Originalmente utilizada para conservar géneros, mais tarde passou a ser usada como depósito de cal para pintar a casa. (Foto de Pedro Martins).

Recorrendo a contextos exógenos, encontramos uma situação que, para além do problema da terminologia, remete-nos, ao invés e novamente, para um aspecto bastante pertinente, que tem, por sua vez, repercussões em qualquer contexto de estudo da cerâmica. Referimo-nos a um «fogareiro», um «suporte» e a uma «panela com suporte», peças do acervo do Museu Nacional de Etnologia (figs. 13, 14 e 15). Imaginemos, por um instante, o «fogareiro» adquirido na ilha de Santiago, Cabo Verde e a «panela com apoio ou suporte», procedente da Guiné, isoladas, sem qualquer contexto de referência. Do ponto de vista formal poderiam levantar-se várias hipóteses, sem que, no entanto, qualquer delas viesse a coincidir com as funções que, na realidade, seriam as suas. Uma base redonda com quatro «espigões» verticais poderia sugerir outra coisa que não um fogareiro, mas, por exemplo, uma base de algo, um recipiente bizarro, um queimador ou, se a pensarmos invertida, uma qualquer espécie de cobertura. Por outro lado, o objecto representado na fig. 15, observado isoladamente, deixaria a muitos, poucas dúvidas quanto ao facto de ser uma taça, pela proximidade formal bastante clara, que apresenta com os modelos deste tipo; no entanto, a sua apresentação contextualizada informa-nos que não é uma taça, mas sim, o «suporte» de uma panela.

Quanto mais próximo do âmbito da arqueologia, maiores são as dúvidas que podem surgir quer quanto à função das peças cerâmicas, quer mesmo, quanto à sua apresentação.



Fig. 13 – Fogareiro. Museu Nacional de Etnologia. Local de fabrico: Cabo Verde, Ilha de Santiago. Local de aquisição: Ilha de Santiago, Tarrafal, Trás-os-Montes. Adquirido na Missão a Cabo Verde, em 1969. Função: cozinhar alimentos. Dimensões: altura: 23cm; diâmetro: 30 cm. N.º da colecção: 47. (Foto de José Pessoa, Divisão de Documentação Fotográfica – I.P.M.).



Fig. 14 – Panela e suporte de panela. Museu Nacional de Etnologia. Quanto à panela: Local de fabrico: Calequisse, litoral da Guiné/Bissau. Quanto ao suporte: Local de aquisição: Cacheu, Calequisse. Grupo cultural: Manjaco. Nome local: Petuke. Adquirido numa Missão à Guiné, orientada por Rogado Quintino. Data: 1963. N.º de colecção: 163. (Foto de José Pessoa, Divisão de Documentação Fotográfica – I.P.M.).



Fig. 15 – Suporte de panela. Museu Nacional de Etnologia. Local de Fabrico: Kadjite, Teixeira Pinto, Guiné. Adquirido numa missão à Guiné orientada por Rogado Quintino, em 1963. N.º de colecção: 585. (Foto de José Pessoa, Divisão de Documentação Fotográfica – I.P.M.).

Quando do colóquio de que resultou esta comunicação, estava patente, no Museu Nacional de Arqueologia, a exposição “Citânia de Sanfins”, da qual fazia parte uma peça cerâmica cuja designação «Vaso de asas interiores» nos levantou algumas interrogações (fig. 16).

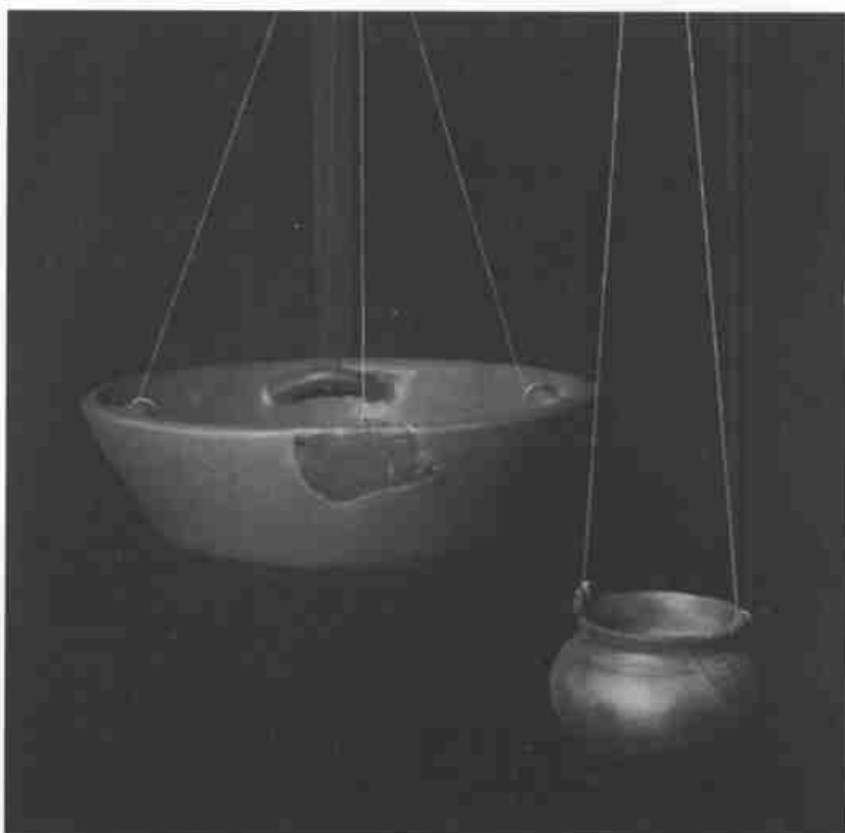


Fig. 16 – «Vaso de asas interiores». Apresenta quatro asas internas. Procedência: Citânia de Sanfins. (Foto de Adolfo Silveira, quando a peça se encontrava exposta a público).

Independentemente da designação da peça – vaso é, de facto, o termo para um recipiente que contém algo – destacamos três aspectos, cujas razões não nos parecem suficientemente claras: o facto de ter quatro asas associado às dimensões da peça e à sua apresentação suspensa, assim como a sua integração no grupo dos pirocéramos.

A relação inversa entre a dimensão total da peça (grande) e a das asas (pequenas) levanta algumas dificuldades no que diz respeito à funcionalidade da mesma, o que se acentua se levarmos em conta a sua associação ao conjunto de pirocéramos exposto, que compreendia peças de uso corrente «como potes e panelas de cozinha» (Silva, 1998, p. 14). A natureza pouco comum do objecto em questão, quanto a nós, constitui, logo à partida, razão bastante para uma separação deste contexto, tanto mais que não havia elementos objectivos que sustentassem aquela apresentação. Um pirocéramo daquelas dimensões, com asas na superfície interna, em utilização seria, no mínimo, uma peça difícil de manusear, a menos que cumprisse funções revestidas de algum significado específico. Existem informações de que, pelo menos, em Baiões, Romariz e Sanfins, foram exumadas – com estratigrafias definidas – formas de cerâmica castreja da fase II, porque «Entre a variedade das formas desta fase, ressalta uma série diversificada de recipientes abertos e baixos, de ir ao lume e de comer, tipo assadeiras (...), assim como as primeiras formas de asa interior com função culinária» (Silva, 1986, p. 123).

A perplexidade suscitada por esta peça leva-nos a não concordar com a actual apresentação. Porém, há que reconhecer uma grande interrogação quanto às suas funções, pelo menos no domínio do plausível, sobretudo por referência a contextos cerâmicos mais próximos de nós no tempo.

A factualidade dos vários exemplos observados ao longo da presente exposição, mais do que dar uma resposta objectiva, procura suscitar a dúvida num domínio que se assume, não raras vezes, como de dados adquiridos.

Seja na sua vertente histórico-arqueológica, seja na da etnocerâmica, as posições estabelecidas em torno do estudo da cerâmica vivem demasiado à custa de si próprias e para si próprias. A relação produtiva entre os parâmetros estabelecidos para cada uma destas áreas deveria ser mais efectiva, mais sólida e mais eficaz.

Lisboa e Idanha-a-Nova, Julho de 2000.

Bibliografia

AGUIAR, I. (1984 –1986) – *Estudo da colecção de fatiça do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia*. Lisboa. 2 vols. Texto dactilografado.

ANDRADE, M. M. de. (1949) – *Subsídios para a monografia de Segura. Aldeia raiana das mais pitorescas*. Lisboa: Ed. do Autor.

CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1999) – Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais. *Arqueologia Medieval*. Porto. 6, p. 193-212.

CORREIA, V. (1937) – Ornamentação popular dos barros de Estremoz. In *Etnografia Artística Portuguesa*. Barcelos: Biblioteca

- Etnográfica e Histórica Portuguesa. p. 107-122.
- CRUZ, A. (1998) – O Figurado de Barcelos; uma Arte de Mulheres? In *Actas do III Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos*. Matosinhos: Câmara Municipal, p. 9-17.
- DIAS, J. L. (1947) – *Etnografia da Beira*. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal, vol. VII.
- DUARTE, S. (1999) – *Cerâmica de Idanha-a-Velha. Contributo para o estudo evolutivo dos motivos decorativos*. Trabalho de Estágio prático e relatório final. Departamento de História, variante de Arqueologia, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- FERREIRA, J. M. C. (1984) – Das feiras para artesanato ao figurado de Barcelos. In *Figurado de Barcelos. A produção actual*. Exposição. Barcelos: Câmara Municipal, Museu de Olaria, p. 5-11.
- LEPIERRE, C. (1912) – Estudo químico e tecnológico sobre a cerâmica portuguesa moderna. *Boletim do Trabalho Industrial*. 2.ª ed. anotada, Lisboa. N.º 78.
- LONGO, P. (1997) – *Oleiros de Idanha*. Idanha-a-Nova: Centro Cultural Raiano, Câmara Municipal.
- LONGO, P. (1998) – Oleiros de Idanha. In *Actas do III Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos, 1997*. Matosinhos: Câmara Municipal, p. 25-35.
- LONGO, P. (1999) – Os fornos de cozer louça em Idanha-a-Nova. *Raia*. Castelo Branco. 4.
- MACHADO, J. S. (1965) – Subsídios para a História do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. Nova Série, V. Separata.
- MOITA, I. (1958) – O plano do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos. *Revista Municipal*. Lisboa. N.º 7, 3.º Trim., p.11-28, p. 41-57.
- MOITA, I. (1993-1994) – Museu Etnológico Português ou Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 11/12, p. 143-151.
- MOTA, A. J. S. (1933) – *Monografia d'Alpedrinha*. Alpedrinha: Ed. do Autor.
- SARDINHA, O. (1990-1992) – Olarias pedradas portuguesas: contribuição para o seu estudo. Os objectos procedentes do Convento de Santa Ana e do Hospital Real de Todos-os-Santos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 8/10, p. 487-512.
- SARDINHA, O. (no prelo) – *O centro oleiro do Telhado: notas sobre a comercialização da sua louça*.
- SILVA, A. C. F. da (1986) – A cultura castreja no Noroeste de Portugal. Paços de Ferreira: Câmara Municipal, Museu Arqueológico de Citânia de Sanfins. Tese de doutoramento.
- SILVA, A. C. F. da (1998) – Citânia de Sanfins – uma capital castreja. Paços de Ferreira: Câmara Municipal, Museu Arqueológico de Citânia de Sanfins; Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Roteiro.
- [THEMUDO, F. A. F.] (1905) – *Estudo sobre o estado actual da Indústria Cerâmica na 2.ª Circumscricção dos Serviços Técnicos da Indústria*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. L. de (1915) – *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. L. de (1917) – Pela Beira. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. I, 22, p. 293-321.
- VASCONCELOS, J. L. de (1919) – *Sinopse do Museu Etnológico Português*. Famacião: Tipografia Minerva.